

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.965 - SP (2019/0300591-5)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
GUSTAVO CABRAL NARCISO GIANETTE - MG116415
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JAINE ALVES NEVES
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de JAINE ALVES NEVES contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido no julgamento do Agravo em Execução Penal n.º 0001585-52.2019.8.26.0154.

Consta dos autos que o Juízo das Execuções Penais deferiu o pedido de progressão da Paciente para o regime aberto (fls. 22-23).

Contra essa decisão, o Ministério Público estadual interpôs agravo em execução penal. O Tribunal de origem deu provimento ao recurso para cassar a decisão do Juízo das Execuções Penais (fls. 39-43).

Neste *writ*, a Impetrante aduz que "*deve-se tomar como data base do cálculo para fins de progressão para o regime aberto a data do preenchimento dos requisitos legais à progressão anterior, e não a data da sua efetiva declaração por meio da sentença judicial*" (fl. 8).

Requer, liminarmente e no mérito, o restabelecimento do regime aberto anteriormente deferido.

É o relatório. Decido o pedido urgente.

O Tribunal de origem, ao dar provimento ao agravo em execução interposto pela Acusação, assentou que "[o] Magistrado não agiu com acerto, pois se fosse considerado o momento em que JAINE atingira o lapso necessário para a obtenção do regime aberto, iria ocorrer a denominada progressão por saltos, que não é admitida pelo nosso ordenamento jurídico. Ademais, os requisitos subjetivos podem mudar nesse período, até porque, nesse interstício, o réu pode cometer falta grave ou voltar a delinquir" (fl. 41).

No entanto, o Superior Tribunal de Justiça, em conformidade com a orientação jurisprudencial do Pretório Excelso, firmou entendimento de que "*a data*

Superior Tribunal de Justiça

inicial para a progressão de regime deve ser aquela em que o apenado preencheu os requisitos do art. 112 da Lei de Execução Penal, e não a data da efetiva inserção do reeducando no atual regime" (AgRg no REsp 1.582.285/MS, Rel. Min. RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 09/08/2016, DJe 24/08/2016).

Vejam-se, também, os seguintes julgados:

"HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. SUBSEQUENTE PROGRESSÃO DE REGIME. MARCO INICIAL. DATA EM QUE O REEDUCANDO PREENCHEU OS REQUISITOS DO ART. 112 DA LEP. ALTERAÇÃO DO ENTENDIMENTO DA SEXTA TURMA. ADEQUAÇÃO À JURISPRUDÊNCIA DO STF E DA QUINTA TURMA. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

*1. Revisão da jurisprudência da Sexta Turma desta Corte Superior, para alinhar-se ao posicionamento do Supremo Tribunal Federal e da Quinta Turma de modo a fixar, como **data-base para subsequente progressão de regime, aquela em que o reeducando preencheu os requisitos do art. 112 da Lei de Execução Penal e não aquela em que o Juízo das Execuções deferiu o benefício.***

2. Consoante o recente entendimento do Supremo Tribunal, a decisão do Juízo das Execuções, que defere a progressão de regime – reconhecendo o preenchimento dos requisitos objetivo e subjetivo da lei (art. 112 da LEP) – é declaratória, e não constitutiva. Embora se espere celeridade da análise do pedido, é cediço que a providência jurisdicional, por vezes – como na espécie – demora meses para ser implementada.

3. Não se pode desconsiderar, em prejuízo do reeducando, o período em que permaneceu cumprindo pena enquanto o Judiciário analisava seu requerimento de progressão.

4. Habeas corpus não conhecido, mas concedida a ordem de ofício, para restabelecer a decisão do Juízo das Execuções Penais." (HC 369.774/RS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 22/11/2016, DJe 07/12/2016; sem grifos no original.)

"PENAL E PROCESSUAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME. TERMO INICIAL PARA A CONTAGEM DO LAPSO TEMPORAL. DATA EM QUE O APENADO TERIA DIREITO AO BENEFÍCIO, CUMPRINDO OS REQUISITOS LEGAIS (ART. 112 DA LEP). NOVO ENTENDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. MUDANÇA DA JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. O Supremo Tribunal Federal, recentemente, passou a entender que o termo inicial de contagem do lapso temporal para a progressão de regime deve corresponder à data em que o apenado efetivamente preencheu os requisitos legais do art. 112 da LEP, ou seja, a data em que teria direito ao benefício, devendo, pois, ser

Superior Tribunal de Justiça

computado o tempo em que o apenado ficou no aguardo da análise do pedido.

[...]

3. *Agravo regimental improvido.*" (AgRg no HC 362.554/RS, Rel. Min. NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 20/04/2017, DJe 28/04/2017; sem grifos no original.)

Assim, considerando que o Juízo de origem reconheceu o preenchimento de ambos os requisitos (objetivo e subjetivo) para o deferimento do pedido de progressão de regime, observo, em juízo de cognição sumária, que estão preenchidos os requisitos para a concessão da liminar pleiteada, quais sejam, o *periculum in mora* e o *fumus boni iuris*.

Ante o exposto, DEFIRO o pedido liminar para, até o julgamento final do presente *writ*, restabelecer a decisão do Juízo das Execuções Penais que deferiu a progressão para o regime aberto de cumprimento de pena à Paciente.

Oficie-se, com urgência, ao Tribunal de origem e ao Juízo das Execuções Penais, encaminhado-lhes cópia desta decisão.

Solicitem-se informações pormenorizadas ao Tribunal estadual, o qual deverá fornecer, ainda, a **senha** de acesso às informações processuais, caso seja necessário.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora